

França Antártica



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TERESA DIB ZAMBON ATVARIS

EDITORA
UNICAMP

Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO

MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI

MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

Maria Berbara
Renato Menezes
Sheila Hue
(Org.)

FRANÇA ANTÁRTICA
ENSAIOS INTERDISCIPLINARES

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

C737 França Antártica: ensaios interdisciplinares / organização: Maria Berbara, Renato Menezes e Sheila Hue. – Campinas, Editora da Unicamp, 2020.

1. Intercâmbio cultural. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 3. Brasil – História – Período colonial. 4. Brasil – História – Franceses no Rio de Janeiro, 1555-1567. I. Berbara, Maria. II. Menezes, Renato. III. Hue, Sheila. IV. Título.

CDD – 327
– 001.4
– 981.03
– 981.03113

ISBN 978-65-86253-57-3

Copyright © by organizadores
Copyright © 2020 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste livro são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

AGRADECIMENTOS

Este livro deriva de um projeto de pesquisa que teve como primeiro resultado um seminário exploratório ocorrido nos dias 8 e 9 de agosto de 2018 nas dependências do Paço Imperial, no Rio de Janeiro. Aos funcionários dessa instituição, especialmente à sua diretora, Claudia Saldanha, dirijem-se, portanto, nossos primeiros agradecimentos, pelo apoio sem o qual esse evento não poderia ter sido realizado.

Não menos importante para o sucesso que o seminário obteve foi a colaboração dos alunos do Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que, no âmbito do Laboratório de História e Crítica de Arte, participaram ativamente de sua organização durante os dois dias em que ele ocorreu. Agradecemos a Amanda Domiciano Rezende, André Sheik, Carolina Lopes e Heloize Amaro, que desempenharam a função de monitores, e a Flávia Vieira, que auxiliou no processo de montagem do manuscrito original do que mais tarde se tornaria este livro.

O seminário constituiu, portanto, etapa fundamental para a concepção desta publicação, cujos capítulos foram posteriormente revistos e normatizados pelos alunos do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no contexto do projeto de extensão “Práticas em edição e crítica textual”. A Adriano Paiva Pimentel, Leticia Coelho Marques e Marcela Miranda S. C. de Castro, nós também agradecemos profundamente.

Ao longo desse processo, pudemos contar ainda com a colaboração da Sociedade de Estudos do Renascimento (Sber), e somos gratos especialmente ao professor Alexandre Ragazzi, pelo suporte técnico na organização e na divulgação do seminário de 2018.

Gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão à professora Márcia Abreu, diretora executiva da Editora da Unicamp, pelo entusiasmo com que acolheu o projeto deste livro, e a João Adolfo Hansen, pela gentileza de nele participar, preparando um dos textos de orelha. Nossos agradecimentos também se estendem a Ana Carolina Maciel, Célia Tavares, Monica Lucas e Tânia Bessone, que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a realização tanto do seminário quanto do livro.

À Bibliothèque nationale de France (BnF) e ao Institut National d'Histoire de l'Art (Inha, Paris), dirigimos nossos mais sinceros agradecimentos, pela disponibilização das obras que ocupam o cerne das análises desenvolvidas em grande parte dos capítulos que compõem este trabalho. Agradecemos especialmente, ainda, ao programa de investigadores convidados do Inha.

Por fim, mas não menos importante, gostaríamos de agradecer aos autores dos capítulos que integram este volume, pela participação incansável em todas as etapas que compuseram o processo de sua elaboração.

E creio que se Villegagnon tivesse permanecido fiel à religião reformada, cerca de dez mil franceses estariam hoje instalados no Brasil; assim não só teríamos aí uma boa defesa contra os portugueses, em cujas mãos não cairia o forte, como caiu depois de nosso regresso, mas ainda boa extensão de terras pertenceria ao nosso rei e esse pedaço do Brasil com toda razão continuaria a chamar-se França Antártica.

Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil*

Não tentamos reproduzir com exatidão fotográfica a inextricável desordem da floresta. Simplesmente a jogamos como um tapete, violeta, verde, azul, ao redor do negro central, nos quatro planos de nossa cena. Esta cena é vertical, perpendicular, dada como uma pintura ou um livro que se lê. Se quisermos, é também como uma página de música, onde cada ação está inscrita sobre uma pauta diferente.

Paul Claudel, “L’Homme et son désir”

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Maria Berbara, Renato Menezes e Sheila Hue 11

INTRODUÇÃO – FRANÇA ANTÁRTICA EM PERSPECTIVA

Ronaldo Vainfas 17

PARTE I

LETRAS E MÚSICA

1. O RELATO DE VIAGEM E A QUESTÃO DOS GÊNEROS LITERÁRIOS:
O EXEMPLO DE *AS SINGULARIDADES DA FRANÇA ANTÁRTICA*
Frank Lestringant 55
2. O CANIBAL DE ANDRÉ THEVET RELIDO POR ALBERTO MUSSA
Izabela Leal e Rafaella Dias Fernandez..... 77
3. O EMPREGO DA “AMENIDADE” COMO LUGAR DE DESCRIÇÃO DA
NATUREZA E HOMENS EM JEAN DE LÉRY
Marcello Moreira..... 91
4. DESCRIÇÕES DA MÚSICA INDÍGENA NA FRANÇA ANTÁRTICA
(1555-1570): ESTRATÉGIAS LITERÁRIAS DE ANDRÉ THEVET E
JEAN DE LÉRY
Paulo Castagna 107

5. HIPÓTESES SOBRE ORIGEM E FORMA DE TRANSMISSÃO DAS ORAÇÕES EM TUPI DE ANDRÉ THEVET (1575/1586): O CASO DE “LE SYMBOLE DES APÔTRES” <i>Ruth Monserrat e Cândida Barros</i>	153
--	-----

PARTE 2

IMAGENS MULTIVALENTES DA FRANÇA ANTÁRTICA

6. REPRESENTANDO O TUPINAMBÁ E O COMÉRCIO DE PAU-BRASIL NO ROUEN DO SÉCULO XVI <i>Amy Buono</i>	183
7. A FRANÇA ANTÁRTICA COMO TEATRO DA DIFERENÇA <i>Maya Suemi Lemos</i>	203
8. SOBRE O POLIFEMO DE PIERRE RICHER: A FRANÇA ANTÁRTICA E O CANIBALISMO DO OUTRO <i>Maria Berbara</i>	225
9. OS FRANCESES NA GUANABARA E OS RELATOS FUNDACIONAIS DO RIO DE JANEIRO <i>Sheila Hue</i>	235
10. A MORTE E O NU DO INDÍGENA: PINTURA HISTÓRICA E ARTE DA MEMÓRIA <i>Paulo Knauss</i>	255
11. JEAN DE LÉRY E PAUL CLAUDEL: ENTRE DOIS MUNDOS <i>Vera Beatriz Siqueira</i>	271
LISTA DE FIGURAS.....	285
SOBRE OS AUTORES.....	291

APRESENTAÇÃO

Maria Berbara, Renato Menezes e Sheila Hue

Em 1555 o almirante francês Nicolas Durand de Villegagnon, subvencionado pelo rei Henrique II, estabeleceu uma base comercial e militar numa ilhota situada no interior da baía de Guanabara. Estava fundada a “França Antártica”, como já então ficou conhecida aquela pequena ocupação francesa de parte de uma capitania portuguesa. Não obstante sua configuração nuclear, sob proteção das muralhas de uma fortificação (o Forte Coligny), a França Antártica não teria vida longa. A partir de 1560 o governador-geral Mem de Sá comandou uma série de batalhas que resultou não somente na retomada da ilha e na expulsão dos últimos franceses que nela permaneciam, como também na fundação da cidade do Rio de Janeiro apenas cinco anos mais tarde.

Contrapõe-se à curta duração dessa fracassada empresa colonial, o impacto forte e duradouro que ela produziu na Europa. Esse fenômeno singular explica-se, em larga medida, pela repercussão que as obras do cosmógrafo franciscano André Thevet e do huguenote borgonhês Jean de Léry conheceram. Muito embora eles jamais tenham se encontrado na ilha de Villegagnon, e para lá tenham viajado por razões diversas, as obras que publicaram dialogam entre si em, ao menos, três planos. O primeiro é o do conteúdo: ambos se esforçam em descrever com riqueza de detalhes os aspectos da fauna, da flora e dos povos nativos, sem perder de vista o permanente clima de tensão e os confrontos efetivos entre católicos e calvinistas franceses de que a França Antártica foi palco; o segundo é o da forma: as obras são amplamente ilustradas, isto é, fundadas sobre a interação entre texto e imagem que, por certo, incidiu

sobre a criação de um imaginário não somente local, tupinambá ou brasileiro, mas americano, de maneira geral; o terceiro é o da interlocução: a obra de Léry dirige-se, declaradamente, contra o que considera as inverdades que Thevet teria reportado em seu livro, razão pela qual o jovem huguenote se dedica a corrigir e a ajustar as imprecisões presentes na obra do cosmógrafo. Nesta coletânea, partimos do princípio de que, juntos, esses três planos mencionados acima têm por efeito a fundação de uma outra França Antártica, que tem espaço não nos limites geográficos da ilha de Villegagnon, mas na imaginação dos leitores que acompanharam os desdobramentos da querela entre Thevet e Léry, e daqueles que assistiram, mais tarde, à reparação de suas obras respectivas, fosse por meio de suas reedições e traduções, fosse através da apropriação de detalhes de seus materiais iconográficos e/ou literários.

Os 11 ensaios reunidos no presente volume procuraram ressaltar, cada um a seu modo, essa dupla dimensão espacial da França Antártica, isto é, aquela definida pelas especificidades de suas coordenadas espaço-temporais, e aquela caracterizada pelos modos através dos quais esse episódio foi elaborado por seus “produtos intelectuais” imediatos e, *a posteriori*, revisitado, reinterpretado e ressignificado. Por essa razão, as duas partes em que se dividem os ensaios procuraram escapar a uma organização linear e cronológica. O caráter interdisciplinar do livro contribui igualmente para a emergência desses diálogos, na medida em que resultam da confrontação entre os diferentes instrumentais teóricos e metodológicos de que se valem os autores dos textos. Por outro lado, se a organização do livro deriva do esforço dos editores em conciliar a valorização da interdisciplinaridade com os domínios teóricos mobilizados pelos autores, ela encontra sua justificativa mais coesa na própria forma pela qual as obras de Thevet e Léry se apresentaram. Precede esses ensaios uma abrangente introdução de autoria de Ronaldo Vainfas, que apresenta um balanço historiográfico do tema, discute a França Antártica no contexto das guerras de religião ao qual ela pertence e destaca as consequências internacionais da empresa colonial, levantando questões que serão abordadas adiante e munindo, assim, o leitor do material necessário para prosseguir seu percurso pelos meandros dos artigos que seguem.

A primeira parte destaca estudos no âmbito das letras, da linguística e da história da música, abrangendo desde análises sobre o século XVI até suas leituras e releituras em outros períodos. O primeiro artigo, inédito em português,

é de autoria de Frank Lestringant, uma das maiores autoridades do tema na experiência francesa na Guanabara. Lestringant analisa *As singularidades da França Antártica*, de André Thevet, por uma ótica original e estimulante, ao situá-lo na encruzilhada de distintas tradições literárias. O centro de seu interesse é examinar os elementos constitutivos da natureza híbrida das “singularidades” que revelam não somente o *modus operandi* de Thevet, mas também os fatores determinantes na recepção da obra. Izabela Leal e Rafaella Fernandez, por sua vez, analisam a relação entre a obra de Thevet e o escritor brasileiro contemporâneo Alberto Mussa, enfatizando os vínculos entre a obra *Meu destino é ser onça*, de Mussa, e a abordagem antropológica das sociedades tupis proposta por Eduardo Viveiros de Castro. Ainda no campo dos estudos literários, Marcello Moreira propõe como matéria de reflexão os usos, por parte de Jean de Léry, de dois *topoi* ligados à composição de lugares: o *locus amoenus* e o *locus horrendus*. Se o primeiro deles encontra nas *Bucólicas* de Virgílio sua consagração entre os antigos, o segundo, que tem sua *arché* na poesia homérica, é atualizado em tratados descritivos do mundo americano com vistas a representar a América selvática e fera. No artigo, vemos que, em Jean de Léry, a topografia, como procedimento de amplificação da narrativa, determina a aplicação dos *loci amoenus* e *horrendus*, operando a produção dos efeitos de “localidade”, análoga ao caráter ou *ethos* dos habitantes do Novo Mundo. No ensaio seguinte, Paulo Castagna examina igualmente os textos de Léry e Thevet, mas, aqui, o autor concentra-se nas transcrições musicais e nos registros iconográficos sobre música, dança e instrumentos musicais indígenas. Castagna analisa, ainda, as transformações e releituras de informações difundidas por esses autores, desde as reedições de seus livros, nos séculos XVI e XVII, até sua reinterpretação em obras literárias e musicais dos séculos XIX e XX, incluindo sua referência (velada ou explícita) em composições de autores como Heitor Villa-Lobos e Camargo Guarnieri. Encerra essa primeira parte o artigo de Ruth Monserrat e Cândida Barros, que analisa as orações em tupi incluídas por André Thevet em *La cosmographie universelle* e no manuscrito *Le grand insulaire*, partindo da hipótese de serem resultado de uma transmissão de orações traduzidas ao tupi pelos jesuítas. Uma das orações – “Le symbole des apôtres” – é cuidadosamente cotejada, pelas autoras, ao “Credo” em tupi incluído em uma doutrina manuscrita do colégio jesuítico de Santos, fazendo aparecer as escolhas semânticas para traduzir as proposições da cosmologia cristã enunciadas na

oração, e os recursos ortográficos empregados em ambos os textos para escrever na língua ameríndia.

A segunda parte inclui textos que analisam a concepção e o uso das imagens – aí compreendidas não apenas em seu sentido literal, mas também como representação mental – da França Antártica entre os séculos XVI e XX. Amy Bueno analisa dois painéis esculpidos em madeira outrora afixados no Hôtel l'Isle-du-Brésil (“Casa da Ilha do Brasil”), em Rouen, mostrando os tupinambás da floresta litorânea coletando pau-brasil e preparando-o para o embarque em navios europeus. Segundo a autora, os painéis – produzidos provavelmente para um armador ou comerciante de madeira – constroem uma representação visual das alianças que inseriam Rouen na teia comercial atlântica durante os anos que antecederam – e, portanto, favoreceram – o estabelecimento da França Antártica. Os artigos de Maya Suemi Lemos e Maria Berbara analisam, por distintas perspectivas, a percepção retórica e visual da selvageria entre os relatos e imagens produzidos no âmbito da França Antártica e das guerras de religião que ela prefigura. Suemi Lemos explora os modos como a experiência da alteridade extrema representada pela visão do selvagem canibal relaciona-se à inclinação antitética que então se constituía na Europa. A estudiosa destaca como o pensamento de fundamento dicotômico próprio à racionalidade moderna deixa-se entrever na percepção do outro ameríndio e nas analogias que se criam entre esse outro selvagem e segmentos culturais, ideológicos ou religiosos dentro da própria Europa. Berbara, por sua vez, analisa os modos como a imagem do canibal incide sobre os próprios europeus, espelhando-se, metaforicamente, nos vícios de católicos ou protestantes. Para isso, traz à consideração a imagem alegórica de Villegagnon como Polifemo, o ciclope antropófago que o pastor Pierre Richer incluiu em sua furiosa *Refutação dos loucos sonhos, execráveis blasfêmias, erros e mentiras de Nicolas Durand, que se nomeia Villegagnon*, publicada em 1561. Sheila Hue e Paulo Knauss tratam, ambos, da relação entre a França Antártica e a fundação da cidade do Rio de Janeiro: enquanto Hue se concentra na análise da *Gesta Mem de Sá*, atribuída ao padre José de Anchieta, cujo último canto é dedicado à conquista do Forte Coligny, Knauss volta-se para a iconografia oitocentista, comparando a narrativa histórica e os problemas artísticos que duas pinturas de Rodolfo Amoedo sobre a fundação da cidade do Rio de Janeiro integram. Encerra a segunda parte, fechando também o volume, o artigo de Vera Siqueira que apresenta

uma análise comparativa entre trechos da *Viagem à terra do Brasil*, de Léry, e o balé *O homem e seu desejo*, com libreto de Paul Claudel e música de Darius Milhaud, composto entre 1917 e 1918. A autora observa como o problema posto no livro de Léry sobre a dificuldade de tradução da experiência do homem em contato com a natureza tropical reaparece, apesar das divergências, no balé moderno. O que parece estar em jogo, como demonstra Siqueira, é a própria experiência da perda e da restituição que fundam uma “sobre-realidade” na qual a natureza brasileira não permanece viva senão na forma de lembrança.

Como se pode notar, os artigos aqui reunidos não se restringem ao arco temporal que abraça a França Antártica e suas consequências imediatas; muitos tratam diretamente de respostas a esses eventos em obras produzidas na contemporaneidade, enquanto outros, embora mantenham seu escopo na primeira época moderna, enfatizam debates que adquiriram relevo acadêmico e intelectual a partir da segunda metade do século XX. Imagens e textos produzidos entre meados do século XVI e as primeiras décadas do XVII, em conexão com a França Antártica, oferecem terreno fértil para explorar questões como – entre outras – globalização, alteridade, identidade, território, imigração ou raça. A imagem do Brasil e seus habitantes, relatos fundacionais ou a identificação e a percepção do selvagem são apenas algumas das questões que se estendem além de suas manifestações no século XVI, possibilitando debates que se inscrevem no campo dos estudos pós-coloniais contemporâneos.

INTRODUÇÃO

FRANÇA ANTÁRTICA EM PERSPECTIVA

Ronaldo Vainfas¹

Um tema esgotado?

Muito já se escreveu, no Brasil e no exterior, sobre a experiência da França Antártica, que, apesar de breve, produziu fontes valiosas para o estudo das rivalidades coloniais entre Portugal e França no século XVI, da antropologia histórica dos tupinambás, da repercussão dos conflitos entre católicos e protestantes franceses na fronteira atlântica da Europa, do combate dos jesuítas, “soldados de Cristo”, contra os “hereges” franceses. Sem falar na reiterada disputa entre navegadores portugueses e os entrelopos franceses pelo comércio do pau-brasil com os nativos.

A pesquisa histórica esmiuçou boa parte das fontes; a crítica literária aprofundou o estudo das obras de Jean de Léry, de André Thevet ou do alemão Hans Staden; antropólogos e historiadores de várias gerações exploraram a riqueza etnográfica das informações, quer da tratadística dos viajantes, quer da documentação jesuítica, a exemplo da dramaturgia anchietana. O assunto também foi discutido à farta a propósito da fundação do Rio de Janeiro, em 1565, que assumiria a capitalidade do Estado do Brasil, no século XVIII, passando a centralizar os negócios e a governança do Atlântico Sul português.

Difícil abordar o tema com originalidade, embora, como indicam vários trabalhos inclusos nesta obra, seja sempre possível encontrar algum documento inédito ou reinterpretar aspectos cruciais do processo. Diversos pesquisadores têm descoberto documentos franceses da época ou bibliografia inédita. Nas últimas décadas, por exemplo, a história indígena praticada no Brasil, sob a

liderança intelectual do saudoso John Monteiro,² percebeu, na disputa franco-portuguesa pela Guanabara, antes um sério conflito indígena entre temiminós e tamoios do que simples manipulação de grupos nativos por franceses e portugueses. O tema continua promissor, merece ser revisitado.

Franceses na Guanabara: história e memória

Isso posto, tentarei acentuar aspectos relacionados ao conflito religioso entre católicos e protestantes, que, para muitos autores, teve impacto direto na fundação e no fracasso da França Antártica. O mentor dessa tese foi Francisco Adolpho de Varnhagen, autor da portentosa *História geral do Brasil*, em cinco volumes, publicada entre 1854 e 1857. Ao analisar o que chama de “invasão francesa” da Guanabara, em 1555, no governo de Duarte da Costa, Varnhagen a interpreta como tentativa de fundar-se um refúgio para os protestantes de confissão calvinista – os “huguenotes” – foragidos das perseguições movidas no reino.³ Uma interpretação equivocada, apenas baseada na documentação oficial portuguesa, sobretudo na do governo Mem de Sá, bem como na correspondência jesuítica, que carregou nas tintas ao falar da inclinação herética dos “invasores”, vistos como ameaça à catequização dos nativos na versão católica. O *Auto de São Lourenço*, famosa peça de Anchieta, é sabidamente tendenciosa, ao associar grandes chefes tamoios aliados dos franceses à inspiração do demônio, como Guaixará ou Aimbirê (que depois mudou de lado).⁴

A narrativa portuguesa, que deixou marca em nossa historiografia, insistiu na disputa pela Guanabara como um capítulo das guerras entre católicos e protestantes no século XVI. Algo parecido ocorreria no século XVII, quando os líderes da Insurreição Pernambucana contra os holandeses a chamariam de “guerra da liberdade divina” (católica) contra os hereges calvinistas. Os franceses, por sua vez, relacionaram a França Antártica muito mais a um projeto colonizador do que a um abrigo para huguenotes, embora esta última perspectiva não estivesse de todo ausente.

Luís Fabiano de Freitas Tavares, cotejando a bibliografia com as fontes quinhentistas, fez excelente balanço dos escritos franceses sobre o episódio.⁵ Analisou, entre outras, a obra de Paul Gaffarel, grande editor de Léry e Thevet,

que, na sua *Histoire du Brésil Français au seizième siècle* (1878), relacionou a experiência da Guanabara ao início da expansão colonial francesa no tempo dos Valois. Também Arthur Heulhard publicou seu *Villegagnon, roi de l'Amérique*, em 1897, biografia laudatória que, segundo Paulo Knauss, foi pioneira em pôr em cena a discussão sobre a liberdade dos mares.⁶ E fora mesmo o rei da França, Francisco I (1515-1547), o primeiro a questionar o Tratado de Tordesilhas (1494), ao qual chamou de “testamento de Adão” – porque homologado pelo papa –, que restringia o mundo “descoberto e por descobrir” entre Portugal e Espanha. Um prenúncio, por assim dizer, das expedições marítimas francesas, logo seguidas pelas inglesas e neerlandesas na costa brasileira.

Entre os cronistas de época, Tavares menciona Marc Lescarbot (1609), autor da *Histoire de la Nouvelle France*, mais preocupado em inventariar e descrever as viagens francesas do que em fazer proselitismo religioso. Anos antes, porém, Lancelot de La Popelinière, fidalgo huguenote, publicou *Histoire des Troubles et choses memorables, avenues tant en France qu'en Flandres* (1572), obra de forte viés anticatólico, incluindo fatos da França Antártica. Mas, nesse caso, o tiro saiu pela culatra, pois La Popelinière contou que os franceses, em meio ao conflito, capturaram um navio português que se dirigia ao Brasil, em 1570, atirando 40 jesuítas ao mar, junto com terços, imagens de santos e mais objetos do culto católico. Uma vingança pelo massacre definitivo dos franceses e sua expulsão da Guanabara, em 1567. Esse episódio da narrativa alcançou forte repercussão na Europa, integrando a propaganda católica contra os protestantes, lembrando que a França então vivia os anos mais dramáticos desse conflito. Basta dizer que o livro de La Popelinière saiu no mesmo ano do massacre de huguenotes na Noite de São Bartolomeu.

Nada superou, no entanto, o *Livro dos mártires*, de Jean Crespin, francês radicado em Genebra, publicado entre 1554 e 1570, obra que incluiu, em um dos cinco volumes, a narrativa da execução de huguenotes na Guanabara, em 1558, a mando de Villegagnon. Os capítulos sobre o episódio foram, inclusive, traduzidos para o português e publicados em livro por Domingos Ribeiro, em 1917, sob o título *A tragédia da Guanabara*. Uma publicação em princípio inscrita nos 350 anos da expulsão dos franceses, porém dedicada à construção da memória do protestantismo no Brasil. Basta ler o frontispício de *A tragédia* para ajuizar sobre os objetivos da obra:

Honra à memória dos protomártires do Cristianismo no Brasil: Jean de Bourdel, Mathieu Verneuil e Pierre Bourdon, executados na sexta-feira trágica, 9 de fevereiro de 1558, por Nicolas Durand de Villegagnon, na baía de Guanabara, e o sangue dos quais foi a semente da Igreja Evangélica em terras da América!⁷

No mesmo ano, o pastor Álvaro Reis publicou *O mártir de Balleur*, resumindo, em tom celebratório, a execução do ferreiro huguenote Jacques le Balleur, educado em Genebra pelo próprio Calvino. Pregador calvinista na Guanabara, foi acusado pelos jesuítas e condenado à morte por Villegagnon, em 1567. A execução de Balleur foi presenciada por Anchieta, que, por tal razão, teve seu processo de canonização atrasado por séculos – beatificado somente em 1980 e canonizado décadas depois, em 2014.

Se, como afirma Luís de Freitas Tavares, “a aventura francesa na Guanabara se tornara evento marginal para a memória protestante francesa ao longo do século XVII”⁸ – mesmo com a revogação do Editto de Nantes por Luís XIV, em 1685 –, no século XVI o debate sobre o assunto foi quentíssimo.

Renato Cymbalista publicou artigo valioso sobre o tema do martírio, que, naqueles séculos de conflito, era frequentado tanto por católicos como por protestantes de várias correntes. Uma autêntica “guerra de papel”,⁹ entre infinidade de panfletos, obras e opúsculos pró e contra isto ou aquilo, território midiático por excelência naqueles séculos. Cymbalista informa, por exemplo, que a *Legenda Aurea* ou *Flos Sanctorum*, de Jacopo de Varazze, principal hagiografia medieval (século XIII), conheceu cerca de 200 edições entre os séculos XV e XVI. Narrava a vida de 153 santos reconhecidos pela Igreja de Roma, dos quais 91 tinham sido martirizados por sua fé. Os protestantes não perderam tempo e, desde a década de 1520, passaram a publicar, também eles, a desdita de seus adeptos, desde os condenados na Idade Média por heresia até os recém-executados, denunciando a tirania de Roma.¹⁰ Segundo o autor, circularam quatro panfletos impressos e quatro martirológios protestantes no meado do século XVI, sistematizando os registros das perseguições, colocadas “em situação de continuidade em relação aos martírios da Antiguidade cristã”. Tais relatos “tinham a finalidade pedagógica de aumentar a fé dos protestantes em suas crenças, e o sangue derramado atestava um futuro de florescimento da nova religiosidade”.¹¹ Melhor dizendo: das novas confissões religiosas do cristianismo ocidental, rompido o monopólio romano.